

Quinta-Feira, 02 de Abril de 2026

Lula defende regular big techs e critica interferência de Musk em eleições

Presidente afirmou, sem citar nomes, que um empresário não pode ser dono da comunicação do mundo e se metendo nas eleições dos países

O [presidente Luiz Inácio Lula da Silva \(PT\)](#) defendeu a regulação das plataformas digitais nesta quinta-feira (6/2) em entrevista a rádios e fez uma crítica à interferência do [empresário Elon Musk](#) nas eleições de outros países, sem se referir nominalmente ao dono do X (antigo Twitter) e da SpaceX.

Ao falar sobre o tema, Lula afirmou que é necessário "regular essa chamada imprensa digital".

"Não é possível que, numa imprensa escrita, o cidadão é punido se falou uma bobagem e, no digital, não tem lei, os caras acham que podem fazer o que quiserem, incentivar a morte, incentivar a promiscuidade, e não tem nada para punir", afirmou o presidente.

Atualmente, o Marco Civil da Internet exige ordem judicial de exclusão de conteúdo para responsabilizar companhias de tecnologia por conteúdos de terceiros publicados em suas plataformas. As exceções são casos de nudez não consentida ou de violação de propriedade intelectual.

Lula disse que o Congresso "tem responsabilidade e vai ter que colocar isso [big techs] para regular. Se não for o caso, a Suprema Corte vai ter que regular, porque é preciso moralizar".

"Todo mundo tem direito à liberdade de expressão, mas a liberdade de expressão não utilizarem esses meios de comunicação para canalhice, para fazer provocação, para mentir todo santo dia", disse, em entrevista às rádios Metrôpole e Sociedade, da Bahia.

Em dois momentos, ele fez referência indireta a Musk. Numa delas, ao falar sobre a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. O empresário é um dos membros mais influentes da nova gestão.

O petista afirmou que a democracia deve ser respeitada, mas "o que não pode é a gente achar que um empresário pode ser dono da comunicação do mundo e pode falar mal do mundo a toda hora, se metendo nas eleições dos países".

Depois, ao falar sobre big techs, afirmou que "não é possível que um cidadão acha que ele pode interferir na cultura da China, na cultura da Rússia, na cultura da Venezuela, na cultura da Argentina, e que ele pode entrar em qualquer lugar e falar o que ele quiser. Não pode."

Como a Folha mostrou, o governo Lula discute um novo projeto para regular plataformas digitais e definir a responsabilidade das empresas sobre o conteúdo publicado nas redes.

A proposta estabelece critérios para a remoção de postagens que violam leis já existentes e para o combate a discursos de ódio e desinformação em massa.

As conversas sobre esse texto começaram nas últimas semanas, na esteira da crise sobre o Pix e da decisão da Meta de flexibilizar controles de conteúdo em suas plataformas, como o Facebook e o Instagram. Nos primeiros dois anos de mandato, o governo tentou aprovar no Congresso uma proposta sobre o tema, o PL das Fake News, mas fracassou.

O novo projeto em estudo prevê que as plataformas estejam submetidas a um dever de precaução, semelhante ao modelo europeu do "dever de cuidado", com a atribuição de remover conteúdo considerado criminoso, sem necessidade de decisão judicial. Caberia ao governo fiscalizar o cumprimento geral das regras pelas

empresas.

fonte estadodeminas

crédito: Ricardo Stuckert / PR Fotos